

FATOS  
FUNDAMENTAIS  
SOBRE  
A QUESTÃO  
PALESTINA

**Dr. Mohsen Mohammad Saleh**

Professor associado de Estudos Palestinos  
& História Árabe Moderna

---

*Professor associado de Estudos Palestinos e História Árabe Moderna & Contemporânea, ex-chefe do Departamento de História e Civilização na Universidade Islâmica Internacional da Malásia (Iium) e coordenador-geral do Centro al-Zaytouna para Estudos e Consultas.*

# MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

1

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que oferece serviços de informação, monitoramento de mídia e análise qualificada sobre a questão palestina. Também aborda outros assuntos do Oriente Médio. Sua produção é disponibilizada para jornalistas, acadêmicos e políticos que tenham interesse nas regiões do Oriente Médio e Norte da África.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, direitos humanos e lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça em toda a região, especialmente na Palestina.

Publicado por:



O Fórum Europal é uma organização independente em defesa dos direitos palestinos que trabalha para assegurar uma perspectiva positiva e precisa em relação à Palestina.

[www.europalforum.org.uk](http://www.europalforum.org.uk)  
[admin@europalforum.org.uk](mailto:admin@europalforum.org.uk)



A Fundação Al-Zaytouna é uma instituição internacional de estudos e consultoria fundada em Beirute em 2004. Desenvolve pesquisa acadêmica em temas sobre o mundo árabe, com atenção especial à causa palestina em conflito com o projeto sionista e o Estado de Israel.

[www.alzaytouna.net](http://www.alzaytouna.net)  
[webmaster@alzaytouna.net](mailto:webmaster@alzaytouna.net)



O nome “Palestina” é designado à região sudoeste do *Bilad al-Sham* (isto é, Síria, Jordânia, Palestina e Líbano). Situa-se na costa oriental do Mar Mediterrâneo, oeste do continente asiático. A região conecta os continentes da Ásia e África. A Palestina também se distingue pela proximidade com a Europa. Suas fronteiras são: ao norte, Líbano; noroeste, Síria; leste, Jordânia; e sul, Egito. A área da Palestina histórica é de 27 mil km<sup>2</sup>. A região desfruta de um clima mediterrâneo moderado.

2

A terra da Palestina está entre as partes habitadas mais antigas do mundo. Segundo as descobertas arqueológicas mais recentes, trata-se da primeira região a vivenciar a transformação da vida humana primordial do sedentarismo à cultura agrária, há quase 11 mil anos (9.000 a.C.). A cidade mais antiga do mundo, Jericó, foi fundada na Palestina em torno de 8.000 a.C. Desde então até nossos tempos, a Palestina sobreviveu como pátria de diversas civilizações ricas e fascinantes.



## Fatos fundamentais sobre a questão palestina

3

A Palestina possui um lugar especial no coração de todos os muçulmanos. Trata-se, segundo o Corão, de um local sagrado e abençoado. É lar da Mesquita de Al-Aqsa, que representa a primeira Qibla, direção das orações islâmicas, segunda mesquita consagrada na Terra por Allah Todo-Poderoso (Deus) e a terceira mais sagrada para o Islã. Também é terra da Al Isra' – isto é, a Viagem Noturna. A este reino sagrado, o Profeta Muhammad (que a paz esteja com ele) foi levado por uma jornada miraculosa. É terra de profetas. Muitos dos profetas mencionados no Corão nasceram, cresceram e foram sepultados nessa terra – que a paz esteja sobre todos. De uma perspectiva islâmica, trata-se da terra da Congregação e Ressurreição, centro das terras que abrigam o Islã. A Palestina é lar de um povo justo e vitorioso, que preserva em seu coração a verdade, até o Dia da Ressurreição, conforme a crença islâmica.

4

A terra da Palestina é também local sagrado para judeus e cristãos. Os judeus a consideram a terra prometida, ponto crítico de sua história e local de descanso de seus profetas. Os centros de seus lugares santos estão em Jerusalém e Hebron (Al-Khalil). Os cristãos a consideram berço de sua religião, pois 'Isa (Jesus – que a paz esteja com ele) nasceu lá e conduziu sua missão nessas terras. Os grandes marcos para o cristianismo são Jerusalém, Belém e Nazaré, na Palestina.

5

Os muçulmanos também adotam as histórias e legados dos profetas Davi, Salomão, os profetas dos israelitas e seus veneráveis antepassados, que governaram a Palestina por um período sob a bandeira do monoteísmo (*Tawheed*). A legitimidade de sua hegemonia sobre a Palestina foi transferida aos muçulmanos porque estes foram os responsáveis por defender o monoteísmo após os primeiros profetas, e desde então mantiveram essa missão.

6

Durante seu domínio sobre a Palestina, a atitude geral dos muçulmanos – em particular, sobre Jerusalém – foi civilizada e embasada na tolerância, coexistência, justiça e benevolência em relação a todas as religiões, etnias e status sociais distintos, ao garantir os direitos de judeus, cristãos e outros, protegê-los e impedir quaisquer atos de injúria ou injustiça contra eles. Além disso, os muçulmanos abriram as portas aos seguidores de outras religiões para participarem – em condições de igualdade – na construção da civilização islâmica. Entretanto, historicamente, a atitude geral de outros governantes sobre a Palestina foi negativa, de modo a coibir a coexistência entre as fés, oprimir seguidores de crenças distintas e tentar expulsá-los, como fizeram anteriormente os romanos, cruzados e outros conquistadores, assim como a ocupação israelense hoje.



## Fatos fundamentais sobre a questão palestina

7

O povo mais antigo a habitar a Palestina e deixar sua marca sobre a terra foram os cananeus, oriundos da Península Árabe há cerca de 4.500 anos; portanto, a primeira denominação da Palestina foi “Terra de Canaã”. Os palestinos contemporâneos são descendentes dos cananeus, povos do Mediterrâneo (isto é, povos do mar) e filisteus, além das tribos árabes que se uniram a essa genealogia posteriormente. Embora diversos povos tenham governado a Palestina, o povo nativo dessa terra continuou a habitá-la ininterruptamente. A grande maioria abraçou a fé islâmica; ao fazê-lo, adotou o idioma árabe como língua franca. Desse modo, a identidade islâmica da Palestina é ininterrupta desde as conquistas islâmicas em 636 d.C. (15 A.H.) até os dias de hoje, apesar da expulsão à força de grande parte da população pela ocupação israelense em 1948.

8

A reivindicação judaica aos direitos históricos sobre a Palestina não é equivalente às reivindicações de árabes e muçulmanos. De fato, os filhos e filhas da Palestina histórica habitaram e desenvolveram as terras locais por mais de 1.500 anos antes dos filhos de Israel estabelecerem seu Estado. Os palestinos continuaram a habitar a região ao longo do domínio israelense e mesmo durante os períodos nos quais a relação judaica com a terra foi rompida. Os judeus dominaram partes da Palestina – nunca o território pleno – por aproximadamente quatro séculos (1.000-586 a.C.). Seu domínio dissipou-se, como ocorreu com outras potências estrangeiras, como assírios, persas, egípcios, gregos e romanos, enquanto o povo palestino permaneceu firmemente enraizado em sua terra. Fora o breve intervalo de 90 anos durante o período dos cruzados, o domínio islâmico de 1.200 anos sobre a Palestina representa

o mais longo na história da região (636-1917 d.C.). A capacidade do povo judeu em assentar-se na Palestina foi efetivamente inexistente por cerca de 1.800 anos, de 135 d.C. até o século XX. Durante esse período, os judeus não mantiveram qualquer liderança civilizacional ou política sobre a Palestina. De fato, seus ensinamentos religiosos ortodoxos proibiam o retorno à região. Como demonstrado por pesquisadores e acadêmicos judaicos (incluindo o renomado Arthur Koestler), mais de 80% dos judeus contemporâneos não possuem qualquer relação com a Palestina ou sequer são descendentes dos filhos de Israel. A origem de grande maioria dos judeus contemporâneos retorna ao povo khazari (asquenazim), que habitou a região do norte do Cáucaso e converteu-se ao judaísmo durante o século VIII d.C. Desse modo, caso os membros da comunidade judaica desejem invocar seu direito de retorno a uma terra em particular, seria às áreas originalmente habitadas por seus antepassados diretos, em lugar da Palestina. Além disso, a reivindicação judaica à sua associação histórica com a Palestina é questionável diante do fato de que a maioria dos filhos de Israel recusou-se, segundo a história, a seguir Moises em seu êxodo à Terra Santa. De modo bastante similar, a maioria recusou-se a retornar à região quando Ciro, o Grande, imperador da Pérsia, conquistou a Babilônia e ofereceu ao povo judeu salvaguarda para então retornar.

---

Após a morte de Salomão (que a paz esteja com ele) em 923 a.C., seu reino foi dividido em dois estados: Israel ao norte, conquistado pelos assírios em 722 a.C.; e Judeia, conquistada pelo império babilônico em 586 a.C.



O movimento sionista, que buscou estabelecer um estado judeu na Palestina, deve sua existência à mobilização pró-sionismo dentre cristãos europeus desde o século XVI – em particular, protestantes –, que realizaram campanhas consecutivas para impor o assentamento judaico às terras palestinas. Entre outros fatores para o avanço do sionismo moderno, está o fracasso do Iluminismo Judaico (*Haskalá*) em assimilar a população judaica às sociedades nas quais residia, além da ascensão de ideologias ultranacionalistas e constituição dos Estados-Nação na Europa. No século XIX, a emergência da “questão judaica”, notadamente no Leste Europeu, e a opressão russa aos judeus agiram como catalisadores para as ambições sionistas na Palestina. Em seus esforços para alcançar o objetivo de criar um estado judeu na Palestina, os sionistas utilizaram bons contatos e recursos de alguns de seus correligionários, que adquiriram, com o tempo, certa posição de influência na Europa e nos Estados Unidos. Além disso, um grande número de nativos europeus e americanos resistiu à chegada de imigrantes judeus oriundos do Leste Europeu e agiu efetivamente para encaminhá-los a qualquer outro lugar.

O estabelecimento da entidade sionista para cumprir um papel de “Estado-tampão” apoiado pelo colonialismo ocidental – em particular, britânico – representa o ápice da ameaça sionista ocidental. Ao inserir-se no coração das terras árabes e islâmicas, a criação de Israel dividiria o mundo islâmico na Ásia e África em duas partes dissociadas. Seu objetivo seria então obstruir a unidade islâmica e enfraquecê-la. Desse modo, poderia garantir que o mundo árabe e islâmico permanecesse dividido e incapaz de qualquer renascimento, orbitando efetivamente em um contexto de subserviência, como produtor de matéria-prima e consumidor de *commodities* ocidentais. As chances de o Estado sionista manter sua estabilidade e expansão em um ambiente hostil residem na garantia de que os estados árabes ao seu redor permaneçam fracos, fragmentados e subdesenvolvidos. Da mesma forma, a possibilidade de ressurgimento da Umma (nação ou comunidade islâmica) também é dependente de sua habilidade para encerrar a ocupação sionista na Palestina.





A Organização Sionista Mundial (OSM) foi fundada na cidade de Basileia, Suíça, em agosto de 1897, sob a liderança de Theodor Herzl. A entidade sionista ligou-se imediatamente aos projetos coloniais do Ocidente. Fracassou, porém, em obter qualquer ganho substancial até o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O movimento sionista é um movimento racista, fundado com base no fundamentalismo e nacionalismo judaicos. A condição para seu sucesso depende da abolição dos direitos dos árabes palestinos sobre suas terras, sua expulsão e substituição. Não há diferenças essenciais entre as várias correntes do pensamento sionista, seja secular, socialista, religiosa ou política. De fato, todas as correntes do sionismo se unem em torno do objetivo comum de estabelecer uma pátria para o povo judeu.

A Grã-Bretanha adotou o projeto sionista e, em 2 de novembro de 1917, emitiu a Declaração Balfour, que prescreveu o estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina. Em setembro de 1918, o empreendimento britânico conquistou a ocupação plena das terras palestinas. Desse modo, contradisse suas próprias promessas de liberdade e independência, feitas aos árabes sob liderança do Xerife Hussein (Huceine ibn Ali). Além disso, dividiu as áreas de al-Sham e do Iraque entre as esferas de influência britânica e francesa, conforme o Acordo de Sykes-Picot, assinado em maio de 1916, que planejava internacionalizar as terras palestinas. Em abril de 1920, a Grã-Bretanha adquiriu domínio sobre a Palestina em virtude do Acordo de San Remo. Também conseguiu incluir a Declaração Balfour em seu mandato colonial sobre a Palestina, medida reconhecida pelo Conselho da Liga das Nações em julho de 1922.

Durante o período de sua ocupação sobre a Palestina (1918-1948), a Grã-Bretanha abriu portas para a imigração judaica. O número de habitantes judeus aumentou subitamente de 55 mil em 1918 para 646 mil em 1948 – isto é, de 8% para 31,7% da população. A ocupação britânica também encorajou a aquisição de terras, de tal modo que a propriedade judaica aumentou de aproximadamente meio milhão para 1,7 milhão de dunums (um dunum equivalente a 1.000m<sup>2</sup>) – isto é, de 2% para 6,3% das terras palestinas. Tais benefícios eram encaminhados aos colonos judeus principalmente por iniciativa das autoridades britânicas e não palestinas. O povo palestino conseguiu, apesar de condições severas e grande sofrimento, permanecer firme em sua terra ao longo de 30 anos, mantendo seu status de maioria demográfica (68,3%) e de controle sobre a maior parte das terras (93,7%). Entretanto, os sionistas conseguiram, com ajuda ativa e salvaguarda da ocupação britânica, estabelecer suas próprias instituições sociais, econômicas, políticas e militares na região. Em 1948, haviam estabelecido 292 assentamentos e construído uma força militar de aproximadamente 70 mil membros de grupos terroristas como Haganá, Irgun e Stern, em preparação clara para a constituição de seu próprio estado.





Embora as políticas das grandes potências e do império britânico contra a Palestina estivessem muito além de sua capacidade de defesa, o povo palestino conseguiu rejeitar a ocupação britânica e o projeto sionista e, portanto, reivindicar sua independência. Movimentos nacionalistas e islâmicos sob a liderança de Haj Amin al-Hussaini encabeçaram diversas iniciativas políticas que incluíam mobilizações de massa e levantes populares. O primeiro destes foi o levante de Jerusalém em 1920, seguido de insurreições similares como os distúrbios de Jaffa (1921), a Revolta de al-Buraq (1929) e os levantes de outubro de 1933. O movimento “Jihadiyyah”, sob liderança de ‘Ezzedine al-Qassam, assumiu um papel importante na resistência. Sob pressão da revolta palestina de 1936 a 1939, a Grã-Bretanha viu-se forçada a emitir o Livro Branco de 1939, prometendo permitir a existência de um estado palestino independente dentro de dez anos, além de proibir transferências de terras palestinas a colonos judeus, salvo circunstâncias excepcionais, e restringir novas ondas de imigração judaica dentro de cinco anos. As autoridades britânicas, no entanto, traíram tais promessas em novembro de 1945 (com a Declaração Ernest Bevin), e o projeto sionista viu-se revigorado sob os auspícios dos Estados Unidos da América.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu a Resolução 181, recomendando a partilha da Palestina em dois estados: árabe e judeu, com cerca de 54% das terras destinadas ao segundo deles, 45% ao primeiro e 1% referente à área de Jerusalém destinado ao *status de corpus separatum* sob regime especial internacional. Dentro do próprio contexto da ONU, as resoluções da Assembleia Geral, contudo, não são vinculativas. Além disso, a Resolução 181 contradizia princípios básicos sobre os quais a ONU foi fundada; em particular, o direito dos povos de desfrutar da liberdade e da autodeterminação. Além disso, o povo fundamentalmente afetado – isto é, o povo palestino – jamais foi consultado, fora o fato da opressão representada pela concessão da maior parte das terras a uma minoria imigrante judaica, que deteve regiões mais estratégicas e produtivas.





Os sionistas anunciaram a criação de seu estado, “Israel”, na noite de 14 de maio de 1948. Conseguiram, então, derrotar os exércitos árabes, o que refletiu um modelo de má liderança, coordenação fraca e inexperiência por parte das autoridades árabes. Para piorar a situação, algumas dessas forças árabes estavam sob influência colonial. Os sionistas conquistaram cerca de 77% das terras da Palestina (20.770km<sup>2</sup>) e expulsaram à força 700 mil habitantes de um total de 925 mil palestinos para além da área na qual estabeleceram seu estado – a população palestina era estimada então em 1,4 milhão de palestinos em toda a Palestina. Os sionistas destruíram a maioria das aldeias palestinas e executaram ao menos 34 massacres. Quanto ao restante da Palestina, a Jordânia oficialmente anexou a Cisjordânia (5.876km<sup>2</sup>), enquanto o Egito impôs sua administração à região da Faixa de Gaza (363km<sup>2</sup>). A ONU assentiu com a integração de Israel à entidade internacional sob a condição de que permitisse o retorno dos refugiados palestinos a suas casas e aldeias, das quais foram expulsos. Entretanto, até hoje, Israel recusa-se em absoluto a cumprir essa demanda. Trata-se de um estado fundamentado sobre opressão, racismo e fanatismo religioso. É uma entidade sem quaisquer fronteiras oficiais ou constituição; logo, contradiz os mais notáveis aspectos de um estado civilizado moderno.

Durante o período entre 1948 e 1967, os slogans de “luta nacionalista” e “unidade é o caminho para libertação” receberam destaque entre os regimes árabes. Lideradas por Gamal Abdel Nasser, que assumiu a iniciativa, embora restritas a manifestações da liderança palestina, tais ações pareciam abrir caminho para uma solução árabe ao problema. Contudo, os regimes árabes careciam de uma metodologia apropriada ou compromisso genuíno em relação à luta do povo palestino. Os regimes árabes adotaram a resistência palestina por diversas razões táticas e não como parte de um plano estratégico abrangente. Enquanto isso, os políticos árabes engajaram-se em jogar com as emoções populares, ao invés de trabalhar pela libertação do povo palestino, à medida que o “jovem” Estado sionista tornou-se cada vez mais forte e entrincheirado.





A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi fundada em 1964, sob liderança de Ahmad Shuqayri e apoio direto de Gamal Abdel Nasser. O presidente egípcio temia que a questão saísse de seu controle após o surgimento de movimentos e organizações secretas na Palestina, em particular o Fatah, cujas origens podem ser traçadas a 1957. A OLP tinha como objetivo libertar todas as terras palestinas ocupadas em 1948. Seu manifesto enfatizou a luta armada como único meio de libertação. A maioria dos palestinos acolheu bem seu surgimento e passou a considerá-la símbolo da identidade nacional palestina, após longos anos de desânimo. Em julho de 1968, as organizações armadas palestinas, lideradas pelo Fatah, uniram-se à OLP. O então líder do Fatah, Yasir Arafat, assumiu a liderança da OLP a partir de fevereiro de 1969. Em 1974, os regimes árabes declararam apoio à OLP como único representante legítimo do povo palestino. No mesmo ano, foi concedido à organização status de observador permanente nas Nações Unidas.

A guerra de junho de 1967 resultou em uma derrota amarga para os países árabes. Em questão de dias, o restante da Palestina foi perdido. Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza foram capturadas; 330 mil palestinos foram expulsos. Na mesma ocasião, as Colinas de Golã (1.150km<sup>2</sup>), pertencentes à Síria, e a Península do Sinai (61.198km<sup>2</sup>), ao Egito, foram também ocupadas.

Israel intensificou a utilização das terras palestinas e tentou alterar sua identidade islâmica e árabe, além das suas características civilizacionais. Israel expropriou, ou colocou à sua mercê, 96% das terras que ocupou em 1948, incluindo propriedades de palestinos expulsos, a maior parte dos recursos de caridade religiosa (*Awqaf*) e grande parte das terras de residentes árabes que permaneceram no local. Os sionistas construíram centenas de cidades e assentamentos nas terras ocupadas em 1948. Após a guerra de 1967, os sionistas expropriaram enormes áreas da Cisjordânia e passaram a judaizá-las metódica e sistematicamente. O empreendimento sionista construiu mais de 160 assentamentos e mais de cem postos avançados de assentamentos, além do Muro do *Apartheid* e centenas de barreiras que efetivamente paralisaram a Cisjordânia ocupada. Os sionistas passaram também a controlar a maioria das fontes de água, sitiar Cisjordânia e Faixa de Gaza e, na prática, transformá-las em duas enormes prisões a céu aberto. À medida que proibiu o legítimo direito de retorno do povo palestino às suas casas e aldeias, Israel abriu portas para a imigração judaica à Palestina. Desse modo, aproximadamente 3,26 milhões de judeus imigraram à Palestina entre 1948 e 2018. No início de 2019, o número de judeus na Palestina ocupada alcançou o índice de 7,09 milhões de pessoas.



As autoridades israelenses concentraram grande parte de seus esforços na judaização de Jerusalém. Israel confiscou 86% da cidade e a povoou com imigrantes judeus (cerca de 546 mil ante 342 mil palestinos, no início de 2018). Em Jerusalém Oriental, onde está localizada a Mesquita de Al-Aqsa, aproximadamente 220 mil judeus foram compelidos a assentar-se no local. Após esse processo de mudança demográfica, a área foi cercada por diversos assentamentos, cujo objetivo sempre foi isolá-la de seus arredores árabes e islâmicos. Israel então decidiu declarar Jerusalém sua capital “eterna e indivisível”, movimento não reconhecido pela comunidade internacional. Os israelenses deram grande importância ao seu controle sobre a Mesquita de Al-Aqsa. As forças de Israel sitiaram o Muro Oriental (*Ha'it al-Buraq*) de Al-Aqsa, destruíram o bairro de Mughrabi e expropriaram todas as suas terras. Em seguida, passaram a conduzir escavações sob e em torno de Al-Aqsa, de modo a ameaçar até mesmo a estrutura da mesquita. Até 2017, o número de escavações e túneis sob Al-Aqsa havia alcançado o índice preocupante de 64 projetos em execução. Os israelenses conduziram violações contínuas sobre a Mesquita de Al-Aqsa; particularmente após os Acordos de Oslo, em 1993. O mais infame dos ataques cometidos contra Al-Aqsa foi o incêndio criminoso de 21 de agosto de 1969.

Os refugiados palestinos insistiram no direito de retorno às suas casas e aldeias e rejeitaram com afinco todas as tentativas de reprimir o restabelecimento de seus direitos legítimos às suas terras ancestrais. Embora a ONU tenha emitido uma resolução reafirmando o direito dos refugiados de retornar às terras e aldeias que deixaram em 1948 (Resolução 194, de 1948), e reiterado tais direitos no decorrer dos anos em mais de 120 resoluções distintas, nenhuma delas foi implementada ou sequer respeitada por Israel, em particular, devido à falta de vontade ou compromisso por parte das grandes potências e da comunidade internacional em pressionar as autoridades israelenses a respeitá-las. No início de 2019, o número de palestinos vivendo fora da Palestina era estimado em 6,55 milhões de refugiados. Outros 2,15 milhões de refugiados oriundos dos territórios ocupados em 1948 vivem na Cisjordânia e Faixa de Gaza, além de 150 mil refugiados nos territórios ocupados de 1948, contudo apartados de suas terras e aldeias. Portanto, há mais de 8,85 milhões de palestinos que vivem em refúgio ou exílio, isto é, 67,5% do povo palestino, estimado em 13,1 milhões de pessoas. Este é considerado o maior número de refugiados em escala global. Trata-se, de longe, da maior proporção mundialmente. Como tal, o problema dos refugiados palestinos é de fato a mais característica e trágica questão humanitária desse tipo originária no século XX, embora seja um problema ainda vigente.



De 1949 até o início da década de 1970, a ONU relacionou a questão palestina ao problema dos refugiados. Contudo, após 1974, passou a emitir resoluções, a maioria das quais a partir da Assembleia Geral, que reafirmaram reiteradamente o direito palestino à autodeterminação e reconheceram sua luta (inclusive a luta armada) para restaurar os direitos usurpados. As Nações Unidas ainda declararam o sionismo uma forma de discriminação racial e preservaram como inalienável o direito de retorno dos refugiados palestinos. Não obstante, Estados Unidos e aliados sempre mantiveram o apoio a Israel em sua rejeição, desprezo e violação de todas as resoluções internacionais. Os Estados Unidos frequentemente utilizaram seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU para evitar a aplicação prática de quaisquer resoluções, enquanto paralelamente mantinham o avanço de sua “legitimidade” internacional para consolidar a presença do Estado israelense sobre as terras palestinas. Tais ações, sem dúvida, expõem a face opressora e hedionda de tamanha “legitimidade”. Ao longo da história da causa palestina, o preconceito das grandes potências e seu viés a favor de Israel permaneceram e ainda permanecem um dos maiores obstáculos enfrentados pela luta do povo palestino. Este viés mostrou-se explícito e transparente, quando a comunidade internacional de fato reconheceu o “direito” de Israel de estabelecer um estado sobre a terra que usurpou em 1948, isto é, 77% das terras palestinas.

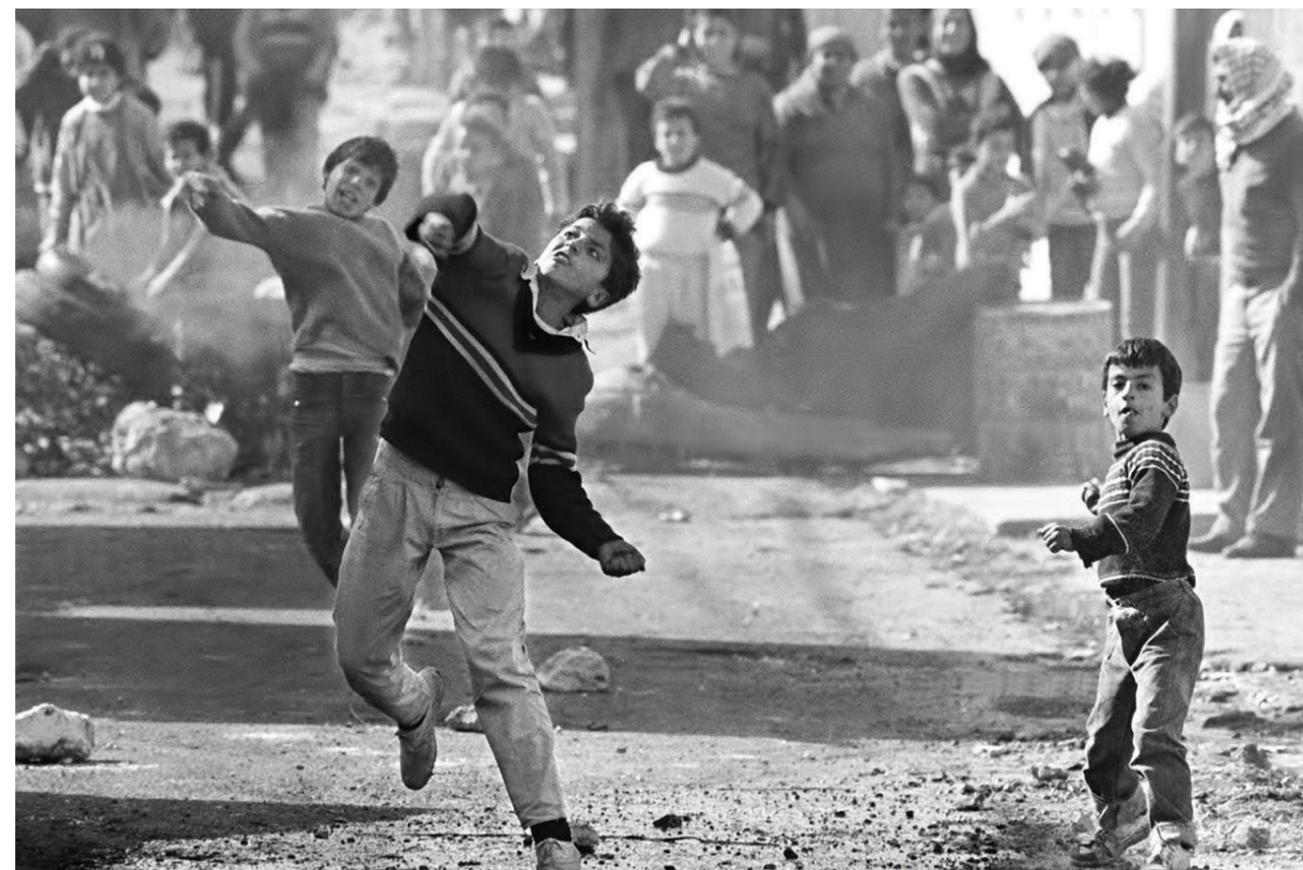
De certo modo, o período entre 1967 e 1970 representou a era de ouro da resistência palestina e suas operações armadas. Contudo, desde 1971, a resistência passou a ser impedida de utilizar a Jordânia como reduto. Logo, passou a concentrar atividades no Líbano, mas diversas tentativas foram feitas para expulsá-la do país, em particular durante a guerra civil do Líbano entre 1975 e 1990. A contínua agressão israelense contra o Líbano, incluindo a invasão do sul desse país em 1978 e o estabelecimento de uma zona de segurança na região, além da subsequente invasão de 1982 nas porções sul e central até a capital Beirute, destruíram a infraestrutura da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a obrigaram a retirar-se do território libanês. Assim, todas as fronteiras árabes com Israel foram efetivamente fechadas à resistência palestina.





De modo geral, a resistência palestina sofreu seus piores contratemplos nas mãos de seus irmãos árabes, que absorveram sua energia e sangue em conflitos com regimes que tentaram reiteradamente domesticá-la, controlá-la, falar em seu nome e passar sobre ela. Depois da guerra de outubro de 1973 contra Israel – que conquistou alguns ganhos morais no Egito e na Síria – e do reconhecimento da OLP como único representante legítimo do povo palestino, em 1974, a noção de responsabilidade árabe em relação à Palestina começou a declinar. Após assinar os Acordos de Camp David, em setembro de 1978, o Egito – maior potência árabe na época – retirou-se das disputas entre árabes e israelenses. De modo similar, a guerra entre Irã e Iraque, de 1980 a 1988, e a queda nos preços do petróleo levaram a uma redução do apoio financeiro dos estados do Golfo à resistência palestina. A subsequente invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, a guerra decorrente e a fragmentação ainda mais grave das forças árabes e islâmicas exacerbaram cada vez mais tais contratemplos. O declínio da União Soviética e do Bloco Oriental também enfraqueceu a resistência palestina e resultou na imposição dos chamados acordos de paz como último recurso assumido pela liderança da OLP. Suas atividades, portanto, foram confinadas à arena política “possível”. Por outro lado, desde meados da década de 1970, atividades de movimentos populares islâmicos tornaram-se notórias dentro e fora da Palestina. Organizações islâmicas de resistência passaram a ganhar destaque, tais como a organização *Usrat al-Jihad* (Família da Jihad), no final da década de 1970, nos territórios palestinos ocupados de 1948, o Movimento da Jihad Islâmica na Palestina, em 1980, liderado por Fathi al-Shiqaqi; e o *Tanzim al-Mujahidun al-Filastiniyyun* (Organização Mujahidin Palestina), estabelecido pelo Sheikh Ahmad Yassin, no início da década de 1980.

A insurreição voltou a atrair simpatia das esferas árabe e islâmica, além da comunidade internacional, para a causa palestina. Entretanto, as condições prevalentes e a mentalidade de concessões das lideranças árabes e palestinas não foram capazes de capitalizar ou construir novos processos em apoio à necessária libertação do povo palestino. Em seu lugar, tais lideranças de fato exploraram os movimentos populares para obter ganhos políticos rápidos, ao conceder acordos de paz bastante complacentes à ocupação de Israel.





Com o enfraquecimento contínuo da OLP, os elementos que apoiavam um eventual acordo pacífico com Israel passaram a dominar a organização. Em último caso, esse processo levou à decisão tomada pela OLP em novembro de 1988 de declarar a instauração do Estado da Palestina conforme o reconhecimento da Resolução 181 da ONU, a qual recomendou a partilha da Palestina histórica entre judeus e árabes. A OLP também reconheceu a Resolução 242 do Conselho de Segurança, de novembro de 1967, que definia a questão palestina como um problema dos refugiados e pedia por uma solução para o conflito por meios pacíficos. Em outubro de 1991, a OLP e os estados árabes entraram em negociação direta com Israel, em Madri, Espanha. Após quase dois anos de negociações improdutivas, a delegação oficial da Palestina não obteve êxito em chegar a qualquer acordo com Israel. Enquanto isso, desde dezembro de 1992, negociações secretas eram conduzidas paralelamente em Oslo, Noruega. Tais conversas resultaram na elaboração dos Acordos de Oslo, ou Primeiro Acordo Gaza-Jericó. Os acordos então foram oficialmente assinados pela OLP e Israel em Washington, capital dos Estados Unidos, em 13 de setembro de 1993.

Por meio do Primeiro Acordo Gaza-Jericó, a liderança da OLP passou a reconhecer o “direito de Israel existir” e a legitimidade de sua ocupação e propriedade sobre 77% das terras palestinas. Também prometeu suspender toda a luta armada e os processos de *Intifada* (levante), além de revogar todas as cláusulas da Carta Nacional da OLP, a qual reivindicava originalmente a libertação plena da Palestina e a abolição do Estado sionista. Também se comprometeu a solucionar todos os problemas por meios pacíficos. Através desse acordo, a OLP praticamente revogou a si, seus objetivos e seu manifesto. Em retorno por tais concessões absolutamente abrangentes, a liderança da OLP obteve reconhecimento de Israel como representante única do povo palestino e assegurou uma autonomia limitada para governar em Gaza e partes da Cisjordânia, a depender da resolução de questões fundamentais dentro dos cinco anos seguintes.





Os Acordos de Oslo foram amplamente rechaçados por palestinos, árabes e muçulmanos. Tal repúdio pode ser resumido nos seguintes pontos:

A. A liderança da OLP concluiu unilateralmente o processo dos Acordos de Oslo e tratados subsequentes, sem consultar o povo palestino e grupos bastante relevantes – representantes islâmicos, de esquerda, nacionalistas e mesmo certas fileiras do próprio Fatah –, que então repudiaram veementemente as concessões feitas pelos acordos.

B. O acordo não solucionou as questões mais importantes e sensíveis, subordinadas à “generosidade” da potência de Israel. Dentre tais questões:

- o futuro de Jerusalém;
- o futuro dos refugiados palestinos;
- o futuro dos assentamentos judaicos na Cisjordânia;
- a natureza da futura entidade palestina, suas jurisdições, fronteiras e soberania sobre a terra.

C. Esse projeto comprometeu-se com o desejo israelense de livrar-se de territórios palestinos densamente povoados, sobrecarregados com problemas econômicos e de segurança.

D. O resultado desse acordo foi o estabelecimento de uma autogestão parcial e deficiente sobre jurisdição executiva limitada, dependente da ocupação e sob sua hegemonia direta. Israel recebeu o poder de veto sobre

todas as legislações e resoluções emitidas pela Autoridade Palestina (AP).

Também foi proibido o recrutamento de qualquer exército próprio; a entrada de equipamentos de defesa nos territórios “autônomos” foi estritamente condicionada ao consentimento prévio de Israel.

E. Devido ao seu compromisso solene em reprimir qualquer resistência militar contra Israel, a administração “autônoma” encontrou-se obrigada a esmagar qualquer forma de resistência assumida por seu próprio povo. Tornou-se ansiosa para preservar sua “paz” com Israel e demonstrar “boa vontade” em relação ao Estado sionista. Sua performance em questões sociais, políticas e econômicas mostrou-se bastante fraca, e a corrupção espalhou-se dentre seus órgãos.

F. As fronteiras permaneceram sob administração israelense; entrar ou sair dos territórios concedidos à Autoridade Palestina depende de consentimento prévio de Israel.

G. Os tratados assinados fracassaram em salientar quaisquer direitos palestinos à autodeterminação e ao estabelecimento de um estado independente. Os acordos, portanto, não caracterizaram Cisjordânia e Gaza devidamente, como territórios ocupados.

H. Esses tratados abriram portas para que estados árabes e islâmicos realizassem seus próprios acordos e construíssem relações de cooperação com Israel.

---

No outono de 2005, os israelenses se retiraram dos assentamentos na Faixa de Gaza.



A *Intifada* de Al-Aqsa teve início em 29 de setembro de 2000 e reiterou mais uma vez o engajamento do povo palestino com a luta por seus direitos e terra. A segunda *Intifada* demonstrou a mobilização generalizada de povos árabes e islâmicos com a causa palestina; tornou o aspecto islâmico da causa palestina bastante claro e revelou os elementos de crueldade da ocupação israelense, além da face hedionda dentre aqueles que alegam defender o “processo de paz”. A *Intifada* foi uma reação direta aos projetos de estabelecimento de paz conduzidos às custas dos direitos fundamentais do povo palestino e da *Umma* islâmica. Após os acordos, o povo palestino sofreu enormes crueldades e miséria; os israelenses voltaram a ocupar grande parte dos territórios concedidos à Autoridade Palestina. Entretanto, com o tempo, a determinação e resistência do povo palestino deterioraram as duas pedras fundamentais do Estado de Israel: segurança e economia. Em outubro de 2005, Israel foi obrigado a retirar-se da Faixa de Gaza e dismantelar todos os seus assentamentos na região, graças à resistência heroica do povo palestino. A morte de Yasir Arafat, que liderou a Autoridade Palestina desde sua criação, e a preocupação dos palestinos com as subseqüentes eleições legislativas, municipais e nacionais, além de acordos conduzidos por todas as facções para pacificação (assinados em 17 de março de 2005), levaram conjuntamente à rarefação da *Intifada* de Al-Aqsa.

A vitória do Hamas nas eleições do Conselho Legislativo Palestino (CLP), no início de 2006, foi um indicador da ascensão da confiança dos palestinos no movimento islâmico e sua resistência. Também indicou a fragmentação, o declínio e a corrupção do movimento Fatah, além do retrocesso do processo de paz. As tentativas israelenses, pales-

tinhas, árabes e internacionais para depor o governo de Ismail Haniyyah evidenciaram a dimensão da animosidade do *establishment* com os movimentos islâmicos e de resistência. Destacaram também as contradições daqueles que desprezam o processo democrático e os resultados eleitorais quando lhes convém, principalmente no que se refere aos movimentos islâmicos. Os dois governos subseqüentes liderados pelo Hamas foram submetidos a um cerco severo, além de agressões brutais e arbitrarias por parte de Israel. O CLP foi paralisado, quando grande parte dos membros do bloco parlamentar do Hamas foi detida ou quando suas assembleias e atos políticos foram ativamente impedidos. Houve muitas tentativas de subjugar o Hamas, ao impor as condições do quarteto mediador do processo de paz no Oriente Médio, que incluíam o reconhecimento de Israel em troca da suspensão do cerco militar ilegal. Em junho de 2007, o Hamas viu-se compelido a executar ações militares para assumir o controle da Faixa de Gaza, à medida que o Fatah e a presidência da Autoridade Palestina assumiam o controle da Cisjordânia – ao manter o compromisso com o acordo de paz e a oposição aos movimentos de resistência, particularmente o Hamas. Os palestinos sofreram com a escalada de seu cisma político, a partir da deterioração dos papéis concebidos às instituições que representam o povo palestino – principalmente a OLP, o Conselho Nacional Palestino (CNP) e o CLP. Tais contratemplos também foram decorrentes da pressão externa, especialmente proveniente de Israel e dos Estados Unidos, sobre quaisquer decisões ou orientações políticas palestinas. A determinação heroica da resistência e o fracasso da agressão israelense contra a Faixa de Gaza em três guerras distintas – entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009; novembro de 2012; e julho-agosto de 2014 – reforçaram o apoio popular aos movimentos palestinos e a simpatia árabe, islâmica e internacional ao povo palestino. Também deram novo impulso aos esforços para colocar a casa em ordem. O acordo de reconciliação



## Fatos fundamentais sobre a questão palestina

palestino foi assinado em maio de 2011; contudo, fracassou logo a seguir, devido a diferenças na determinação de questões básicas, programa provisório e prioridades de ação nacional, além da crise de confiança entre Fatah-Hamas e intervenções externas.

32

Assim como seus irmãos muçulmanos, os cristãos palestinos também sofreram as mesmas injustiças, tirania e expulsão. Eles participam do movimento nacional palestino desde a ocupação britânica da Palestina e representaram ao longo do tempo um modelo de solidariedade e unidade nacional diante da ocupação sionista israelense. Também participam da defesa contínua da identidade árabe da Palestina, no discurso, em cartas, no campo de batalha. Ao longo do tempo, os cristãos palestinos asseguraram ainda seu pertencimento cultural à região, ao enfatizar sua identidade, idioma e patrimônio histórico.

33

Amar o país, defender sua terra, seu povo, seus lugares sagrados tornaram-se um dever religioso e, sobretudo, humanitário. Além disso, sentimentos nacionais e amor ao próximo e à família são tendências naturais humanas, à medida que não contradigam os ensinamentos islâmicos ou diminuam os direitos legítimos das outras pessoas. Para trabalhar pela Palestina – seja no nível nacional, árabe, islâmico ou humanista – é preciso organizar círculos e projetos focados, harmoniosos e integrados entre si. Por outro lado, os esforços para solucionar os problemas da sociedade, alcançar o desenvolvimento civilizacional, estabelecer um estado árabe, garantir a unidade árabe e islâmica e libertar a Palestina representam medidas integradas que servem umas às outras e devem coexistir de modo coerente.





O Islã é a religião da paz. Baseado nos ensinamentos islâmicos, Allah é paz, e a saudação islâmica representa a paz. O paraíso islâmico é a moradia da paz. A relação entre muçulmanos e outros é baseada na tolerância religiosa, compreensão e coexistência pacífica, nas quais prevalece o diálogo. Consequentemente, o Islã opõe-se diretamente ao “terror” e ao assassinato de inocentes. Ao mesmo tempo, trata-se de uma religião que valoriza a justiça, a honradez e a liberdade. Seus verdadeiros seguidores recusam-se a oprimir ou ser oprimidos, muito menos humilhados – em especial devido a sua fé. Em defesa de sua dignidade, suas terras e locais sagrados, os muçulmanos estão dispostos a manter sua resistência o quanto possível. Nenhuma “paz” na Palestina pode prevalecer caso seja construída sobre a opressão a seu povo, a expropriação de seus direitos e a expulsão de suas terras. Impor as condições de um usurpador despótico sobre um povo enfraquecido pode até levar a um “acordo” temporário, mas não levará à paz. A luta pela libertação da Palestina continuará a ser um dever, uma honra e um emblema gravado nos corações de todo indivíduo honesto. Isso é dito em total repúdio à potência e imprensa sionistas que manipulam termos como “terrorismo” e “paz”.

Historicamente, a relação islâmica com todos os *Ahl al-Kitab* (Povos do Livro, isto é, judeus e cristãos) e *Ahl al-Dhimmah* (Povos Protegidos) baseou-se exclusivamente na justiça e na benevolência. Sob o domínio islâmico, esses povos desfrutaram de plena liberdade, além de direitos fundamentais religiosos e de cidadania. De fato, tanto a “questão

judaica” quanto o antissemitismo nasceram e obtiveram impulso na Europa. O mundo árabe nada tem a ver com esse preconceito histórico e de fato forneceu um reduto seguro para judeus que fugiam do fanatismo religioso e ultranacionalismo europeu. Palestinos, árabes e muçulmanos lutaram contra os agressores sionistas simplesmente porque estes usurparam as terras da Palestina, expulsaram seu povo de sua pátria e violaram seus locais sagrados. Resistir contra qualquer força opressora que busque ocupar suas terras é, evidentemente, algo legítimo para todos os povos oprimidos no mundo, independentemente de sua religião ou nacionalidade.





Sem dúvida, a questão palestina possui dimensões humanitárias profundas e abrangentes. A luta palestina representa o chamado dos oprimidos diante daqueles que alegam proteger os direitos humanos. Além disso, expõe o caráter sinistro e as contradições da chamada “nova ordem mundial”. Denuncia também a hipocrisia do uso de uma “civilização” que alega defender o desenvolvimento, o conhecimento e a tecnologia enquanto, de fato, aceita a expulsão forçada de 7 milhões de palestinos de suas terras ao relento, após habitá-las por muitos e muitos séculos, a fim de assentar grupos de imigrantes judeus originários de todo o mundo, sob pretextos que não condizem com a lógica histórica, os valores da civilidade ou mesmo as leis internacionais. O resultado do projeto sionista é a desestabilização da paz regional e internacional e os consecutivos massacres executados na Terra Santa – em princípio, uma terra de amor e paz. O movimento sionista e sua ocupação da Palestina são um dos últimos postos avançados do colonialismo convencional que tanto se desenvolveu na Europa e no restante do Ocidente, obliterado em todas as partes do mundo e que, mais cedo ou mais tarde, será também expurgado da Palestina. Libertar a Palestina ocupada é essencialmente uma missão humanitária e civilizacional, à qual todas as nações e países devem contribuir.





# Fatos fundamentais sobre a questão palestina



Monitor do Oriente Médio  
Avenida Conselheiro Carrão, 1077  
Sala 706, Vila Carrão São Paulo  
Estado de São Paulo, Brasil  
t: +55 (11) 2093-0599  
[www.monitordo Oriente.com](http://www.monitordo Oriente.com)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saleh, Mohsen Mohammad

Fatos fundamentais sobre a questão palestina /  
Mohsen Mohammad Saleh ; tradução Rita Freire. -- 1.  
ed. -- São Paulo : Monitor do Oriente, 2021.

Título original: Basic facts on the palestine  
issue

ISBN 978-65-993790-1-7

1. Colonialismo 2. Geopolítica 3. Israel -  
História 4. Palestina - História 5. Política e  
governo 6. Sionismo e Judaísmo I. Título.

21-58895

CDD-956.94

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Palestina : História 956.94

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129